

Amazonas tem redução de 16,92% no desmatamento e registra a menor taxa desde 2017, aponta o Inpe

José Narbaes/Arquivo/Ipaam



A redução confirma o impacto das ações do Governo do Amazonas, de fiscalização e monitoramento, e da parceria entre órgãos estaduais e federais, em operações integradas e trabalho contínuo

A redução é resultado do reforço nas ações de fiscalização e monitoramento realizadas pelo Ipaam e pela Sema

O Amazonas registrou uma redução de 16,92% no desmatamento no período de agosto de 2024 a julho de 2025, em comparação com o período anterior (agosto de 2023 a julho de 2024). O levantamento oficial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), mostra 1.016 quilômetros quadrados (km²) de vegetação suprimida no estado em 2025, ante 1.223 km² no período anterior.

A área registrada em 2025 é a menor desde 2017, quando o Prodes detectou 1.001 km² de desmatamento no Amazonas. Os números, tabulados pelo Inpe e monitorados localmente pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), refletem o fechamento anual do sistema Prodes, que consolida o período de 1º de agosto a 31 de julho.

No acumulado, o desmatamento na Amazônia Legal caiu de 6.518 km², em 2024, para 5.796 km², no período de agosto de 2024 a julho de 2025, representando uma redução de 11,07%. Em 2021, quando os índices eram mais elevados, o Amazonas estava entre os estados com maior desmatamento; agora, com a redução dos números, o estado ocupa a quarta po-

sição, demonstrando avanços importantes na preservação do bioma.

O diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, ressaltou que a leitura confirma o impacto das ações de fiscalização e da parceria entre órgãos estaduais e federais. Segundo ele, o resultado é fruto de operações integradas e do trabalho contínuo de prevenção e controle no campo.

“Com o respaldo do governador Wilson Lima e a coordenação entre Ipaam, Sema e parceiros federais, intensificamos a presença no território, usamos inteligência geotecnológica para localizar áreas críticas e ampliamos ações de prevenção, fiscalização e de educação ambiental. Não vamos reduzir o ritmo: a vigilância é contínua e a proteção da floresta é prioridade”, afirmou o gestor.

Para o secretário de Estado do Meio Ambiente, Eduardo Taveira, a queda no desmatamento é resultado direto do fortalecimento das políticas públicas ambientais e da integração entre os órgãos do Governo do Amazonas.

Esse resultado, explica o secretário da Sema, demonstra que o Amazonas está colhendo os frutos de uma estratégia consistente de governança ambiental, baseada em planejamento, tecnologia e presença efetiva no território. E enfatiza que a atuação integrada entre a Sema, o Ipaam, SSP e outras instituições do governo tem garantido respostas rápidas e coordenadas às pressões sobre a floresta.

“Ao mesmo tempo, temos investido em políticas estruturantes, como o apoio às comunidades e o incentivo à bioeconomia, que são

fundamentais para consolidar a redução do desmatamento de forma duradoura. O desafio é grande, mas temos o compromisso de proteger nossas florestas e promover um modelo de desenvolvimento que gere oportunidades e preserve o patrimônio ambiental do Amazonas”, afirmou o secretário da Sema.

Prodes

O Prodes é o sistema oficial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para quantificar o desmatamento de forma consolidada no período anual, que vai de 1º de agosto a 31 de julho. Neste balanço, o recorte considerado é de 1º de agosto de 2024 a 31 de julho de 2025.

Em contrapartida, o sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), também do Inpe, funciona como um sistema de alerta rápido, identificando em tempo quase real indícios de supressão de vegetação. As informações do Deter orientam fiscalizações mensais e operações imediatas no campo. Por isso, as secretarias combinam os dois produtos: o Prodes, para diagnóstico anual, e o Deter, para atuação contínua e priorização de ações.

As secretarias estaduais reforçam que, apesar da queda registrada, a vigilância e as operações de fiscalização permanecem prioritárias. A estratégia estadual prevê ações integradas de inteligência ambiental, apreensão de equipamentos ilegais, interdição de acessos clandestinos e articulação com prefeituras, povos e comunidades locais para reduzir a pressão sobre as florestas e recuperar áreas degradadas.